

2

CONEXÃO

IBEGEANA

2ª Edição - maio 2026

BOLETIM DA ASSIBGE

INDENIZAÇÃO DE CAMPO

A ASSIBGE-SN reitera sua posição contrária à interpretação restritiva adotada pelo IBGE na Resolução de abril de 2026, que limita o pagamento da Indenização de Campo às atividades realizadas exclusivamente em ambientes externos. A entidade destaca que a medida desconsidera a natureza do trabalho de coleta de dados, frequentemente realizado fora da unidade de lotação, inclusive em ambientes internos, e representa mais um retrocesso para a categoria. O sindicato orienta que os trabalhadores sigam solicitando o pagamento da indenização e registrem eventuais indeferimentos, enquanto avalia as medidas cabíveis para a defesa desse direito.

assibge.org.br



REAJUSTE SALARIAL DOS APM'S

Desde 2015, os Agentes de Pesquisa e Mapeamento, trabalhadores temporários do IBGE, convivem com longos períodos de congelamento salarial. A categoria cresceu dentro do Instituto, mas os ganhos demoraram a acompanhar essa importância. Tivemos uma conquista histórica após uma intensa luta sindical.

Dilma 2011-2016 (acumulado)

Salário: 78,57%

Alimentação: 50,66%

Temer 2017 - 2018 (acumulado)

Salário: 10,96%

Alimentação: ZERO

Bolsonaro: 2019-2022 (acumulado)

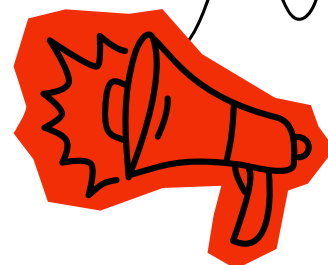
Salário: ZERO!

Alimentação: ZERO!

Lula: 2023-2026 (acumulado)

Salário: 92,95%

Alimentação: 160,26%



Para diversas funções fundamentais, como o cargo de SCQ, desde a criação da função, houve apenas um reajuste salarial, limitado a 9%, concedido em 2023.

POR EQUIPARAÇÃO E RESPEITO AOS TRABALHADORES TEMPORÁRIOS DO IBGE

O sindicato alerta para a situação que afeta outras categorias de trabalhadores temporários, como Supervisores de Coleta e Qualidade (SCQ), Supervisores de Pesquisa por Telefone (SPT), Analistas Censitários e Agentes Censitários de Pesquisa e Mapeamento (ACPM).

A ASSIBGE-SN reivindica reajuste imediato de 23,2%, percentual equivalente ao ganho médio obtido pelos servidores na última campanha salarial, além da equiparação do salário de Analista Censitário ao de Supervisor de Pesquisas, considerando o mesmo nível de complexidade das funções exercidas. Para APMs e APTs, o sindicato defende a equiparação salarial, com vinculação ao piso do nível médio da carreira.

RECOMPOSIÇÃO AVANÇA — MAS NÃO REPARA AS PERDAS: A LUTA SEGUE

A recomposição dos benefícios dos servidores públicos federais voltou a avançar — e isso não é coincidência. É resultado direto da mobilização, da organização coletiva e da pressão permanente da categoria. Mas é preciso dizer com todas as letras: o que está sendo conquistado agora ainda não recupera o que foi perdido.

Entre 2016 e 2022, os servidores enfrentaram um dos períodos mais duros da história recente. Foram quase sete anos de congelamento dos benefícios — sem reajuste no auxílio-alimentação e na assistência pré-escolar — enquanto a inflação avançava e corroía os salários.

E não foi só nos benefícios.

No mesmo período, a política salarial aprofundou o arrocho:

- ✓ entre 2013 e 2015, os reajustes somaram cerca de 15,76%;
- ✓ entre 2016 e 2018, caíram para aproximadamente 10,78%;
- ✓ entre 2019 e 2022, o cenário foi ainda mais grave: 0% de reajuste salarial.

Ou seja: a perda é estrutural, acumulada e deliberada.

A partir de 2023, com a reabertura das negociações, houve uma inflexão. Os benefícios voltaram a ser reajustados — com destaque para o auxílio-alimentação, que saiu de R\$ 458 para R\$ 1.192 em 2026.

Além disso, a recomposição salarial e dos benefícios acumulou cerca de 38,45% até abril de 2026.

É avanço? Sim. Resolve o problema? Não.

Porque estamos falando de anos de congelamento, perdas inflacionárias e desvalorização do serviço público.

Nada foi dado. Tudo foi conquistado. E só será ampliado com mais luta.

Espalhe o panfleto, espalhe a palavra!
O SINDICATO SOMOS NÓS

ASSIBGE.ORG.BR



ASSIBGE
Sindicato Nacional

E há um problema ainda mais grave: a desigualdade entre os poderes segue intacta. Enquanto o Executivo luta para recompor perdas básicas, outros poderes mantêm benefícios muito superiores. Essa distorção não é técnica — é política. E precisa ser enfrentada.

Os limites impostos pela LDO, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo arcabouço fiscal continuam sendo usados como justificativa para travar avanços mais profundos. Mas, na prática, esses limites têm sido seletivos — e penalizam justamente quem está na ponta do serviço público. A realidade é clara:

- ✓ a recomposição recente só aconteceu porque houve luta;
- ✓ os avanços são parciais;
- ✓ e a desigualdade segue institucionalizada.

Por isso, a tarefa da categoria é evidente:

- ✓ seguir pressionando pela recomposição integral das perdas;
- ✓ avançar na equiparação dos benefícios entre os três poderes;
- ✓ fortalecer a mobilização em defesa do serviço público.

Aumentos de Salário e Auxílio Alimentação

Dilma: 2011-2015 (acumulado)

Salário: 15,76%

Alimentação: 22,70%

Dilma/Temer: 2016-2017 (acumulado)

Salário: 10,78%

Alimentação: 22,79%

*Parcelas de acordo realizado na Gestão Dilma

Temer: 2018

Salário: ZERO!

Alimentação: ZERO!

Bolsonaro: 2019-2022

Salário: ZERO!

Alimentação: ZERO!

Lula: 2023-2026 (acumulado)

Salário NS: 32,96%

Salário NM: 39,56%

Alimentação: 160,26%



FILIE-SE

